



1 **Ata da 3ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBHBPSI)** no
2 ano de 2018, realizada no dia **25 de setembro de 2018 (terça-feira)**, às 14h, no **Clube da**
3 **Terceira Idade**, situada na Rua Sebastião Zaqueu, 76 – Bairro Catarino, na cidade de Cardoso
4 Moreira - RJ. A Reunião teve início às 15h30 com a seguinte **Ordem do dia: 1 - Abertura; 2 –**
5 **Aprovação da ATA da 2ª Reunião Ordinária de 2018; 3 - Resolução que dispõe sobre a**
6 **criação do Grupo de Acompanhamento ao Contrato de Gestão CG INEA nº 01/2010 –**
7 **GACG”;** 4 – **Resolução CBH BPSI – Reajuste do Preço Público Unitário (PPU); 5 –**
8 **Apresentação da AGEVAP; 6 – Apresentação dos resultados do Congresso Estadual de**
9 **Prevenção dos Efeitos da Estiagem – Norte e Noroeste/RJ; 7 – Informes; 8 – Encerramento.**
10 **Item 1 – Abertura:** Às 15h30 João Gomes (UENF), Diretor Presidente, convidou a Juliana
11 Fernandes para integrar a mesa junto com a Diretoria do Comitê e pediu para passar a palavra a
12 ela. Juliana Fernandes (Diretora da AGEVAP) se apresentou, explicou sua atuação e passou a
13 palavra para Tatiana Ferraz (Gerente da AGEVAP) realizar a apresentação sobre as alterações
14 relacionadas aos recursos destinados aos Comitês, conforme antecipação da pauta solicitada
15 pelo João e aprovada pelos demais. **Item 5 – Apresentação da AGEVAP:** Tatiana apresentou
16 a lei federal aprovada recentemente, cujas alterações comprometeram de forma significativa
17 o orçamento dos Comitês. Em seguida a Mirian Viana (Estagiária AGEVAP UD4) apresentou
18 trabalhos da Sala de Monitoramento do CBHBPSI. Fez a contextualização do Projeto da Sala
19 e explicou quais trabalhos são desenvolvidos, as parcerias e as apresentações em
20 Congressos. Luiz Mário (FIRJAN) pediu um exemplo de resultado que pode ser produzido,
21 como a identificação das causas da salinização de alguns corpos hídricos. Mirian explicou que
22 a questão da salinidade está sendo analisada, mas ainda sem resultados conclusivos. Alan
23 Vargas (INEA) disse que algumas hipóteses estão sendo avaliadas, relacionadas aos canais
24 Quintiguta, São Bento e ao aumento da salinidade. Vicente Oliveira (IFF) sugeriu focar em
25 ações otimizadas de monitoramento, que poderão subsidiar decisões sobre vazão mínima e
26 possível diminuição da cunha salina e seus efeitos. Deu como exemplo de possíveis ações,
27 em função da escassez de recursos financeiros, a realização de parcerias para ações de
28 monitoramento. Lembrou do projeto do município de Niterói, utilizando aplicativo de celular,
29 que é um exemplo de monitoramento. João Gomes (UENF) explicou que a ideia de falar da
30 Sala de Monitoramento na reunião de hoje se deu também com o objetivo de prestar contas.
31 Falou que estão sendo produzidos mapas no ambiente Gis, que são únicos, pois detalham a
32 RH IX. João falou que está se debruçando sobre o orçamento do Comitê, de forma a otimizar
33 os investimentos. Juliana falou que, de acordo com a decisão da Diretoria, a AGEVAP está
34 atuando para desenvolver ações pela Sala de Monitoramento. Vanuza Mota (CEDAE)
35 perguntou sobre as propostas de alterações contratuais, assim como edição de Resoluções e
36 os prazos para tais ações. João explicou que os prazos estabelecidos são respeitados e disse
37 que muitas vezes as decisões são tomadas de forma rápida, mas sem desrespeitar as normas
38 legais. Falou que os atos do Comitê obedecem a diversas regras e são acompanhadas por
39 diversos outros órgãos. **Item 2 – Aprovação da ATA da 2ª Reunião Ordinária de 2018:** Em
40 seguida foi aprovada a ATA da 2ª Reunião Ordinária do CBH BPSI de 2018. **Item 3 - Resolução**
41 **que dispõe sobre a criação do Grupo de Acompanhamento ao Contrato de Gestão CG INEA**
42 **nº 01/2010 – GACG:** foi aprovada e encaminhada a sugestão de inserir a exigência de
43 realização de, ao menos, duas reuniões por ano para discutir o assunto. **Item 4 – Resolução**
44 **CBH BPSI – Reajuste do Preço Público Unitário (PPU):** João pediu para Juliana explicar as
45 discussões sobre os valores da cobrança que estão sendo capitaneadas pela AGEVAP, com
46 vistas a Sustentabilidade dos Comitês. Thaís Nacif (AGEVAP UD4) fez a leitura da Minuta da
47 Resolução para reajuste do PPU. João explicou a necessidade de aprovação dessa resolução,



48 tendo em vista a diminuição dos recursos destinados aos Comitês. Disse que o reajuste
49 pretende manter a estrutura mínima de sua delegatária e tornar possível a execução de
50 outras ações na Bacia. Relatou que outros Comitês também estão propondo reajustes no
51 valor do PPU. Luiz Mário manifestou o voto contrário da FIRJAN, dizendo que há outras ações
52 a serem tomadas, como a derrubada da exigência de aplicação dos 70% em saneamento.
53 Falou que a maioria dos recursos arrecadados em nossa região são destinados a Agência
54 Nacional de Águas (ANA), que repassa ao CEIVAP, pois as respectivas tomadas d'águas
55 acontecem na calha de Rio federal. Recomendou aguardar a votação da Lei Estadual que
56 versa sobre os 70% saneamento. Vanuza manifestou o voto contrário da CEDAE, justificando
57 que, na prática, os 70% do saneamento acabam não sendo executados. João falou que alguns
58 projetos foram aprovados e só não foram executados devido ao arresto nas contas do Estado
59 do Rio de Janeiro. Disse que o reajuste proposto é somente para reequilibrar as contas do
60 Comitê, não tendo o objetivo de aumentar arrecadação. Juarez Noé (Cardoso Moreira)
61 perguntou a Juliana o motivo de os recursos para saneamento não serem liberados. Juliana
62 explicou que hoje não há recursos para saneamento na conta do Comitê do Baixo, pois os
63 que estavam disponíveis foram arrestados e ainda não retornaram. Disse que o CEIVAP
64 disponibilizou recursos para essa finalidade, mas enfrentou diversos problemas quanto ao
65 cumprimento de prazos pelos municípios. Falou que, quando isso acontece, esse volume de
66 recurso retorna à conta geral. Disse que alguns municípios se mobilizaram para retomar os
67 projetos e que a partir daí o CEIVAP decidiu considerar os municípios que já haviam sido
68 contemplados. Sobre o reajuste do Preço Público Unitário (PPU) a Juliana explicou que, em
69 2016 foram feitas contas para verificar o percentual ideal para correção no período 2004-
70 2016. Na época, o percentual identificado foi de 125%, mas os Comitês decidiram reajustar
71 em 100%. Disse que tem o objetivo de subsidiar as decisões e mostrou que o valor de reajuste
72 proposto hoje, de 25%, está de acordo com a análise feita naquele período. João
73 complementou dizendo que o valor da água no Brasil é ínfimo e nenhum estudo tem o poder
74 de demonstrar o contrário. Destacou que é preciso avançar nessas questões, bem como
75 aprimorar a aplicação de recursos e promover o enquadramento dos rios. Raphael Fassy
76 (Águas do Paraíba) manifestou voto contrário da Águas do Paraíba e argumentou que em
77 2016 já foi feito reajuste de 100% e também encaminhada proposta de reajuste anual de
78 acordo com o IPCA. Aldefran Lacerda falou que sente falta de planejamento em nosso país e
79 que decisões como essa não podem ser tomadas de qualquer forma. Destacou que esse
80 reajuste impactará o setor de abastecimento de água e que chegará também ao consumidor
81 final, perdurando por alguns anos. João Gomes pediu para o Luiz Mário e o Lacerda
82 considerarem seus argumentos. Pediu que lembrassem do estudo realizado, que identificou
83 como justo um reajuste maior do que aquele praticado no ano de 2016. Falou da importância
84 de considerar a necessidade do trabalho do Comitê e do grande impacto sofrido após a Lei
85 Federal aprovada este ano. Vicente Oliveira perguntou em qual fase está o Projeto de Lei (PL)
86 que propõe alterar a obrigatoriedade dos 70%. Juliana explicou que não está na pauta da
87 ALERJ. Vicente falou que o momento não é muito apropriado, mas que a água não é um dos
88 grandes custos da indústria. Disse que, tendo em vista o momento, seria melhor somar
89 esforços no sentido de mobilizar a aprovação do PL citado. Luiz Mário falou que já lutou muito
90 pelo Comitê e pediu ponderação para aguardar outras frentes que podem auxiliar nesse
91 sentido. Carlos Ronald (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes) destacou a
92 importância do debate, que se deu de forma democrática. Colocou em votação a Resolução
93 com a proposta de reajuste de 25%. Primeiro votaram a favor seis membros e seis contra. Foi
94 aprovada nova rodada de votação e votaram a favor 7 instituições membros: UENF, Prefeitura



95 Municipal de Campos dos Goytacazes, ECOANZOL, Pousada Rancho Ouro Negro, Prefeitura
96 Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, Prefeitura Municipal de Miracema e IFF. Votaram
97 contra a proposta 7 instituições membros: ROTARY, FIRJAN, Prefeitura Municipal de Cardoso
98 Moreira, Águas do Paraíba, COPAPA, Prefeitura de Municipal de Quissamã e Prefeitura
99 Municipal de Carapebus. Se abstiveram 2 membros: INEA e Redec Norte DC. Maria de
100 Lourdes (Carapebus) sugeriu uma alteração para que a cobrança fosse aprimorada para
101 aumentar arrecadação. João Gomes, enquanto Diretor Presidente do CBHBPSI, exerceu o
102 voto de qualidade, previsto no art. 15, §3º do Regimento Interno do Comitê e desempatou a
103 votação, votando pela aprovação da Resolução. Por fim a Resolução com proposta de
104 reajuste no PPU foi aprovada. **Item 6 – Apresentação dos resultados do Congresso Estadual
105 de Prevenção dos Efeitos da Estiagem – Norte e Noroeste/RJ:** Vicente falou sobre o
106 Congresso Estadual de Prevenção dos Efeitos da Estiagem no Norte e Noroeste Fluminense
107 organizado pelo CBH BPSI e realizado nos dias 19 e 20 de setembro de 2018, na Universidade
108 Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em Campos dos Goytacazes/RJ,
109 destacou a importância do mesmo. Sugeriu criar um Grupo de Trabalho (GT) de Defesa Civil
110 e reativar os trabalhos que eram desenvolvidos na antiga Câmara Técnica de Defesa Civil
111 (CTDC). **Item 7 – Informes:** Carlos Ronald destacou a reunião do Grupo de Trabalho de
112 Nascentes (GTN), agendada para o dia 03/10, na sede do Comitê. Juarez Noé pediu maior
113 atenção para o GTN e falou que o Comitê não pode ficar discutindo apenas questões de
114 comportas da baixada campista. Carlos Ronald falou que o GTN esbarrou em algumas linhas
115 de estratégias que foram adotadas. Disse que tentou apoios de outras instituições e que nem
116 sempre obteve sucesso enquanto coordenador do grupo. Ronald falou que as ações serão
117 retomadas, buscando interlocução com a EMATER e o Programa Rio Rural. Evaldo Gonçalves
118 falou que o Comitê pode buscar os COGEM (Comitê Gestor da Microbacia). Falou que é
119 preciso definir estratégias para definição dos corpos hídricos com maior potencial de
120 contribuição em volume para a Bacia. João agradeça de todos. **Item 8 – Encerramento:** A
121 Reunião foi encerrada às 17h25. A presente ATA foi lavrada por Amaro Sales Pinto Neto,
122 Especialista Administrativo da AGEVAP, e depois de aprovada será assinada pelos membros
123 da Diretoria Colegiada do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul.

João Gomes de Siqueira (UENF)
Diretor Presidente

Carlos Ronald Macabu Arêas (P. M. de Campos dos Goytacazes)
Diretor Secretário